AFRICAN HUMAN RIGHTS MOOT COURT COMPETITION

CONCURSO AFRICANO DE JULGAMENTO FICTÍCIO SOBRE DIREITOS HUMANOS

Chamada de artigos

O Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretória e Escola de Direito da Universidade de Zâmbia, têm o prazer de anunciar a conferência de um dia sobre o casamentos prematuros em África e por este meio convida a apresentação de propostas de comunicações.

A conferência vai realizar-se-á como parte do 24º Concurso Africano Sobre Direitos Humanos.





Crianças, não esposas:

Eliminando o flagelo do casamento infantil ém África

9 de Outubro de 2015

Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Zâmbia - Lusaka, Zâmbia

chr.up.ac.za

law.unza.zm





CHAMADA DE ARTIGOS

AFRICAN HUMAN RIGHTS MOOT COURT COMPETITION CONCURSO AFRICANO DE JULGAMENTO FICTÍCIO SOBRE DIREITOS HUMANOS

Crianças, não esposas:Eliminando o flagelo do casamento infantil ém áfrica

O Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretória e Escola de Direito da Universidade de Zâmbia, têm o prazer de anunciar a conferência de um dia sobre o casamentos prematuros em África e por este meio convida a apresentação de propostas de comunicações. A conferência vai realizarse-á como parte do 24º Concurso Africano Sobre Direitos Humanos.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONFERÊNCIA

A Escola de Direito da Universidade da Zâmbia, em colaboração com o Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretória, vai acolher o 24º Concurso Africano de Julgamento Ficticio Sobre Direitos Humanos (Moot Court) em Lusaka, Zâmbia de 05 a 10 de Outubro de 2015. Ao longo dos últimos 23 anos, 1.071 equipes de 141 universidades, representando 49 países africanos participaram neste evento, tornando-se a maior e mais abrangente iniciativa educacional em África de direitos humanos.

A competição de uma semana do Moot Court inclui uma conferência internacional de um dia sobre direitos humanos, e este ano sob tema: "Crianças, não esposas: Pela eliminação do flagelo do casamento infantil em África".

A conferência de um dia irá fornecer um fórum de debate para acadêmicos das universidades participantes, bem como académicos locais e internacionais e profissionais para examinar alguns dos desafios e oportunidades para eliminar o casamento infantil em África a partir de uma perspectiva multidisciplinar e comparativa.

TEMAS DA CONFERÊNCIA

As comunicações da conferência podem abordar, mas não estão limitados a, qualquer um dos temas a seguir identificados em torno da questão dos casamentos prematuros:

- · características essenciais de estruturas legais e políticas nacionais em direção um ambiente propício para a erradicação do casamento infantile.
- Legislação e Concepção de Políticas: estabelecer um equílibrio entre a protecção das crinças e o respeito pelo principio da autonomia.
- · Porquê 18? A lógica e justificações da idade mínima de casamento.
- Artigo 6 (b) e (d) do Protocolo de Maputo: factores-chave a considerar no desenvolvimento de um guia interpretativo para a implementação pelo Estado.
- · Obrigações do Estado para acabar com o casamento de crianças nos termos do direito internacional de direitos humanos.
- · O lugar do direito costumeiro e as práticas culturais que determinam o casamento infantile.
- Avaliação da eficácia da adoptação de disposições de criminais (criminalização) para eliminar o casamento infantile.
- Sistemas de registro de nascimento e casamento como um meio para acabar com o casamento de crianças.
- · Comunidades e famílias como agentes.

PROCEDIMENTO - POTENCIAIS ORADORES

- · Os interessados em apresentar uma comunicação devem submeter um Abstract da sua comunicação contendo o seu nome, o título proposto e um breve resumo do argumento / contribuição do trabalho (máximo 500 palavras).
- · Os resumos devem ser enviados para mariam.kamunyu@gmail.com até 20 de julho de 2015.
- · Os autores dos Abstract selecionados para apresentação serão informados até **31 de Julho de 2015**.
- As comuniações (artigos) devem ter até um máximo de 10.000 palavras e devem ser submetidas até **1 de Setembro de 2015**, para efeitos de tradução e distribuição junto com outros documentos da conferência.
- · As comunicações serão publicados com antecedência como rascunhos no website do Concurso Africano.
- · Inclusão no programa da conferência está condicionada à apresentação de um documento real.
- Artigos selecionados serão considerados para publicação no Jornal Africano de Direitos Humanos (AHRLJ). Assim, os, oradores poderão ser convidados a efectuar melhorias dos seus artigos os apresentadores podem ser obrigados a refazer seus papéis após a conferência.
- Os oradores interessados na poetencial publicação do artigo no AHRLJ devem desde o início garantir que o artigo está em conformidade com o guião relativo aos aspectos de forma disponíveis em http://www.ahrli.up.ac.za/submissions.

FINANCIAMENTO

Como nenhum financiamento adicional está disponível para a Conferência, esta chamada de artigos é dirigida em primeira mão para os representantes das Faculdades e Escolas (professores universitários) que irão, em qualquer caso, ser participantes da competição Africana em Lusaka com o financiamento de suas universidades de origem. Outros potenciais apresentadores são convidados a submeter resumos, mas terão de fazer seus próprios arranjos de viagem e alojamento, a fim de participar na conferência.

CONTACTOS

Para mais informações, entre em contacto com Mariam Kamunyu, Centro de Direitos Humanos em: mariam.kamunyu@gmail.com

Para mais informações sobre a Faculdade de Direito da Universidade de Zambia, por favor visite http://law.unza.zm

Para mais informações sobre as actividades do Centro de Direitos Humanos, por favor visite http://www.chr.up.ac.za

